

Um arquivo do feminismo latino-americano dos anos 1970 **Pensamento crítico e contradiscursos**

Elena de Oliveira Schuck *
Cristiano Bedin da Costa **

Resumen:

Este trabalho consiste em uma tentativa conceitual-metodológica inicial de diálogo entre a ideia de arquivo e os percursos do pensamento feminista latino-americano da década de 1970. Destaca-se neste período a atuação de exiladas políticas latino-americanas na produção e difusão de uma crítica feminista de vanguarda em circuito internacional através de materiais textuais e artísticos. Tendo como referência inicial os números da Revista *Nosotras*, publicação organizada nos anos 1970 por exiladas políticas em Paris, na França, o objetivo desta pesquisa consiste na criação de um arquivo do pensamento latino-americano. Para tanto, será realizada a catalogação dos eixos temáticos da revista e, em seguida, o cruzamento com produções artísticas de mulheres latino-americanas do mesmo período. A abordagem metodológica qualitativa guia-se pela ideia de arquivo – tal como proposta por Foucault e Derrida - oportunizando o encontro com o passado, através de discursos que não são inertes, mas se transformam ao longo do tempo e revelam a potência de invenção do presente. Nesta etapa inicial, o trabalho visa explorar marcos conceituais para a criação de um arquivo do pensamento feminista latino-americano, onde a memória dialogue, mobilize e produza ressonâncias nos contradiscursos feministas e pautas emancipatórias contemporâneas, seja através de movimentos sociais, artísticos ou intelectuais.

* Elena de Oliveira Schuck – Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisadora no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) - Brasil
elena.schuck@gmail.com

** Cristiano Bedin da Costa – Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor da Faculdade de Educação da UFRGS - Brasil
cristianobedindacosta@hotmail.com

Um arquivo do feminismo latino-americano dos anos 1970 Pensamento crítico e contradiscursos

Introdução

O contexto latino-americano da década de 1970 possibilitou a emergência dos movimentos feministas na região e, com eles, o desenvolvimento de uma crítica voltada para questões concernentes à democracia, à cidadania e aos direitos humanos. A partir dos anos 1980, a crítica feminista passou a se fazer presente na organização política dos Estados que iniciavam os processos de redemocratização no cone sul. A preocupação com os direitos humanos das mulheres e com seu direito à cidadania plena passou a ser contemplada nas instituições democráticas latino-americanas a partir do esforço do movimento feminista para politização das questões sociais enfrentadas pelas mulheres¹.

O legado desse movimento social, que tem a particularidade de articulação em contextos políticos autoritários, repercutiu no plano das instituições sociais e políticas ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher (Sarti, 2004:36). As demandas pela consideração dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos combinados à problematização das distintas formas violências e opressões e do espaço do privado enquanto espaço político, caracterizam os marcos da luta democrática e cidadã do movimento feminista no período de transição para democracia.

Não por acaso, a herança crítica destes movimentos iniciados nos anos 1970 tem se demonstrado necessária para os desafios democráticos do presente. As lutas emancipatórias de hoje, que abrangem um amplo espectro de causas políticas, sociais e econômicas atravessadas pelo gênero, pela sexualidade e pela raça, passam pelo combate à violência de gênero, ao feminicídio e lgbtcídio, garantia da saúde sexual e reprodutiva das mulheres, demandas políticas redistributivas, participativas e representativas, dentre muitas outras.

Entendendo o pensamento feminista latino-americano da década de 1970 como central para o período de redemocratização da região nas décadas subsequentes, o que motiva esta investigação é compreender como se efetivava a produção e circulação do pensamento feminista latino-americano da década de 1970 e em que medida produz ressonâncias nas discursividades emancipatórias do presente. Em um contexto regional de censura política, é válido mencionar que esta produção crítica não circulava apenas na América Latina, mas contava com o apoio de difusão de grupos favoráveis ao pensamento crítico os quais surgem em meio à ebulição contestatória de movimentos sociais na França e nos Estados Unidos, em especial.

Este texto constitui um primeiro movimento investigativo em torno da questão enunciada, onde apresentaremos nossa tentativa conceitual-metodológica inicial de diálogo entre a ideia de arquivo e os percursos do pensamento feminista latino-americano da década de 1970.

Para tanto organizaremos este texto em duas partes. Na primeira parte discutiremos as características do pensamento feminista, centrando-nos nas especificidades latino-americanas, que incluem o exílio político de militantes devido à repressão ditatorial do período em questão, e também apresentaremos o material que

¹ A exemplo, neste contexto de transição para a democracia, o movimento feminista brasileiro defendia a necessidade de assegurar os direitos humanos no texto constitucional de 1988. A luta pela anistia de presos políticos no Brasil liderada pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) reforçou a contribuição ativista do feminismo para a luta pela redemocratização do país, através de reivindicações em prol dos direitos humanos, civis e políticos (VARGAS, 2008).

nos despertou para pensar o feminismo enquanto um arquivo de contradiscursos - a revista *Nosotras*. Já na segunda parte, abordaremos um conjunto de reflexões acerca da ideia de arquivo, de modo a explorar marcos conceituais para a criação de um arquivo do pensamento feminista latino-americano. Em uma tentativa de convocar uma política do arquivo e da memória feminista, este texto busca por pontes de diálogo e ressonâncias nos contradiscursos feministas e pautas emancipatórias contemporâneas, os quais podem ocorrer através de movimentos sociais, artísticos ou intelectuais.

1. A emergência da crítica feminista e as especificidades latino-americanas

No estudo da história do pensamento feminista, é comum fazer uso do conceito de “ondas do feminismo” a fim de distinguir os diferentes contextos históricos que permitiram reflexões e ações vinculadas ao feminismo. A segunda onda feminista ganha força a partir da década de 1960, aparecendo então como um movimento libertário sob a influência do *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949 em um contexto de emergência do movimento *hippie nos EUA e do “Maio de 68”* em Paris. O movimento feminista assume então proporções globais, apontando para a dominação do homem sobre a mulher e pela necessidade de luta em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (Pinto, 2010).

Em fins da década de 1960, uma sucessão de movimentos sociais particularmente nos Estados Unidos deu origem à Nova Esquerda (Fraser, 2013). É nesse contexto que a aproximação entre Teoria Crítica e feminismo ganhou visibilidade, através de filósofas engajadas que começaram a forjar a relação entre os dois campos (Cyfer, 2017). Assim, a Nova Esquerda dos anos 1960 foi acompanhada da emergência de correntes feministas - fossem estas radicais, liberais ou socialistas - que denunciavam a negligência em relação às mulheres nas principais correntes da teoria política (Okin, 2008, p.311). Ecoando o desejo de mudança social e o de criação de uma cultura política articulada em torno à crítica às instituições repressivas da modernidade de maio de 68, tem início o feminismo radical.

A Europa pós-Maio de 68 foi, portanto, responsável pela eclosão de uma nova fase do feminismo, a qual impulsionou os estudos e pesquisas sobre “as mulheres”. Munido de uma crítica radical ao patriarcado, o feminismo do início dos anos 1970 preocupava-se em denunciar a opressão das mulheres no espaço público e no espaço privado, partindo de um olhar político libertário, o qual visava à autonomia política, tratando das relações entre os sexos sob um prisma até então inexplorado. Surgiam as discussões até então abafadas que tratavam das relações pessoais e políticas entre os sexos, tais como a questão da livre escolha da maternidade, da sexualidade; do acesso à contracepção; do aborto; da violência e do trabalho doméstico (Scavone, 2011). Um dos marcos desta nova onda feminista na França foi a publicação, em julho de 1970, do número especial da revista *Partisans “Liberation des Femmes/Année Zero”*, que contou com uma apresentação do MLF e evidenciava a emergência de novas ideias do pensamento feminista e de uma nova esquerda.

O Brasil das décadas de 1960 e 1970, assim como países vizinhos - Chile, Argentina, Uruguai - são marcados por uma forte repressão política no contexto de ditadura militar no Cone Sul. O movimento feminista destes países atuava junto à luta pela restauração da democracia, sendo influenciado pelo pensamento feminista francês, cuja dimensão marxista e de classe fazia-se muito audível no contexto sul-americano de luta política. Várias mulheres latino-americanas partiam para o exílio e as contribuições pós Maio de 68, e do *Mouvement Libération des Femmes* (MLF) francês revelavam-se na medida em que emergia um corpo crítico favorável à redemocratização,

possibilitando assim a difusão do debate sobre a igualdade entre mulheres e homens, direitos políticos e cidadania para as mulheres (Abreu, 2010).

Apesar da forte repressão dos regimes militares na América Latina, os quais puniam o pensamento “subversivo” com prisões, torturas, violência sexual e assassinatos, é nesse período em que um corpo crítico de pensamento feminista emerge com força em diversas partes da região. Tal corpo crítico fica evidenciado tanto por uma produção textual e acadêmica que circulava internacionalmente, muitas vezes extra-oficialmente (Cardoso, 2004) bem como pela diversificada produção artística de mulheres latino-americanas, eventualmente com entrada num circuito internacional. A exemplo desta produção artística feminina, podemos mencionar a cubana Ana Mendieta ou a brasileira Letícia Parente, cujas obras são hoje consideradas importantes para o feminismo, por mobilizar conceitos como o espaço do doméstico, o corpo feminino e a violência contra a mulher (Schuck & Garcia, 2017).

Devido à ditadura militar, o feminismo se desenvolveu com algumas particularidades, assume um caráter marcado pela luta de classe e contra a ditadura que marca as primeiras publicações feministas dos anos 70 (Abreu, 2010). A essa característica, juntava-se a preocupação com a pesquisa das integrantes do movimento feminista, em sua maioria intelectualizada e oriunda de camadas sociais médias.

Como observa Karina Felliti (2015), o terrorismo de estado presente no cone sul da década de 1970, assolou os projetos revolucionários da região, colocando o exílio como única alternativa de sobrevivência para as militantes. A saída forçada imposta por medo da repressão política fez com que militantes argentinas buscassem abrigo no México, no Brasil, militantes brasileiras se exilassem no Chile, e depois do avanço da ditadura de Pinochet no país, a França tornou-se o principal local de exílio latino-americano (Felliti, 2015; Marques, 2015; Schuck, 2017).

1.1 Exílio latino-americano e feminismo

Durante a década de 1970, o contexto na América Latina se caracteriza pela ascensão de ditaduras com crescentes fluxos de exilados políticos, e, conseqüentemente, pelo surgimento de grupos feministas brasileiros no exterior (Cardoso, 2004). Ganham destaque: o *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior*, no Chile, em 1971; pequeno grupo de autoconsciência, em Berkeley, Estados Unidos, no início dos anos 70; o *Grupo Latino-Americano de Mujeres em Paris*, na França, em 1972 e o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, fundado em abril de 1976 por um grupo de mulheres brasileiras (Goldberg, 1989).

Em janeiro de 1974, o *Grupo Latino-Americano de Mujeres*, que chegou a contar com 200 mulheres, publicou a primeira edição da revista *Nosotras* sob a coordenação de Mariza Figueiredo, Clélia Piza e Danda Prado. Esta última, vivendo exilada na França em 1970 após a prisão de seu pai, Caio Prado Junior, no Brasil, estabeleceu contato com o movimento feminista francesa e, através dele, conheceu Simone de Beauvoir. Influenciada pelo movimento feminista francês, Danda Prado, organizou reuniões mensais com as mulheres brasileiras e latino-americanos em Paris.

Esse momento inaugurava a publicação de conteúdos feministas latino-americanos, quando muitas exiladas contatavam pela primeira vez perspectivas feministas de pensamento político e social. A revista empreendia um esforço no sentido de difundir a complexidade das ideias feministas e a importância de um veículo de comunicação. Esta não apenas divulgava ideias, mas também atuava como ferramenta de organização de ideias, articulando pessoas, criando espaço político e de preservação da memória (CARDOSO, 2004). A revista oportunizava refletir sobre a condição de

mulher, ter contato com os principais textos feministas da época e criar uma rede de ajuda no exílio, afirmando a especificidade latino-americana para a reflexão feminista.

A redação da Revista beneficiou-se de sua localização em Paris, na França, centro da produção de ponta dos círculos intelectuais e político. As exiladas políticas da América Latina envolvidas com a *Nosotras* exerceram um papel fundamental para a consolidação do pensamento feminista da região, pautando o debate, traduzindo textos, lecionando, fazendo palestras, entre outras atividades de cunho político e intelectual (Cardoso, 2004).

As publicações, entretanto, foram realizadas durante os anos de 1974, 1975 e 1976, sendo então suspensas. Danda Prado, em entrevista, creditou a extinção do periódico à agenda política das participantes durante o Ano Internacional da Mulher, 1975, e, principalmente, à proibição do Front (grupo de apoio a exilados brasileiros na França) à participação de seus associados no *Nosotras* (Cardoso, 2004, p.12).

Publicada até o segundo trimestre de 1976, totalizando 17 exemplares, a *Nosotras* contou com textos escritos pelas próprias integrantes do grupo, traduções e/ou reprodução de textos já publicados e contribuições de leitoras e de grupos feministas de diferentes países. Elas trariam a discussão de temas sobre o exílio político; ser mulher latino-americana; violência doméstica; sexualidade; aborto; participação política; justiça; opressão e patriarcado. A revista expressou o impacto considerável da circulação do pensamento crítico feminista através de movimentos sociais e produção intelectual durante a década de 1970.

2. Por uma política do arquivo e da memória feminista

Dando seguimento à ideia da revista *Nosotras* enquanto um meio de preservação de memória, e também partindo dos conteúdos produzidos por ela, nossa intenção investigativa centra-se na proposta de criação de um arquivo do pensamento feminista latino-americano. Pretendemos, assim, construir os marcos conceituais para a ideia de arquivo, onde a memória dialogue, mobilize e produza ressonâncias nos contradiscursos feministas e pautas emancipatórias contemporâneas. Tal construção teórica-conceitual auxilia-nos a esboçar um projeto teórico de políticas do arquivo e da memória feminista, que podem evidenciar a herança crítica feminista presente nos movimentos democráticos emancipatórios de hoje.

O conceito de arquivo é explorado por Michel Foucault, Jacques Derrida e por muitos outros estudiosos ulteriores que o consideram como um campo de produção de conhecimento, condicionado aos imperativos do sujeito e do poder. Segundo Foucault, um arquivo é o conjunto de discursos efetivamente pronunciados no passado que flutuam pela história, sendo transformados ao longo do tempo. A ideia de arquivo pode ser aqui aplicada à discursividade feminista, quando consideramos o passado histórico do feminismo como um meio de poder para criar uma nova discursividade através do pensamento contemporâneo, e particularmente no campo da crítica democrática feminista.

O arquivo, tal como proposto por Foucault e Derrida, oportuniza o encontro com o passado, através de discursos que não são inertes, mas se transformam ao longo do tempo e revelam a potência de invenção do presente. Assim, ele é o resultado de uma ação passada que se deseja guardar ao longo do tempo (AQUINO; DO VAL, 2018). Ao combinar tal perspectiva metodológica à epistemologia feminista, entende-se que o conjunto de discursos feministas efetivamente pronunciados em um passado continuam a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos feministas no presente. Conforme coloca Margareth Rago:

“[é imprescindível dar] visibilidade às narrativas femininas que ousam denunciar, refletir e testemunhar, fragmentando as histórias oficiais, abrindo brechas no tecido textual, instigando a perguntar pelo silenciado, esquecido e reprimido na definição do arquivo, de modo a exigir a possibilidade de intervenção em seu próprio espaço, reencontrando a temporalidade constitutiva das experiências e dos acontecimentos” (2009, p.1).

Tal abordagem poderá compreender a produção de contradiscursos e fomentar a redescoberta de temas de pesquisa e o emprego de metodologias de forma a reduzir o caráter instrumental de uma concepção de ciência criada em berço positivista (Saffioti, 2000). Rago (2009) reitera a importância do arquivo ao lembrar o passado dos países latino-americanos, marcados pelo exercício da arbitrariedade dos regimes ditatoriais, pela violação dos direitos e pela tortura física, sexual e psíquica. O direito à verdade, à memória e à história é uma luta contemporânea, e convoca Derrida: “A democratização efetiva se mede sempre por este critério essencial: a participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação.”

A ampliação do arquivo das memórias das lutas femininas e feministas do passado recente, brasileiras, argentinas, uruguaia e chilena, permite renovadas reflexões, sendo esta uma ação de resistência à dissolução da radicalidade e à amnésia social. Júlio Aquino e Gisela do Val (2018), ao problematizarem o manejo arquivístico na pesquisa acadêmica, destacam que sempre há uma metabolização narrativa através da intervenção analítica, ou seja, através da leitura do pesquisador. O trabalho de documentarizar seria, portanto, uma “*recomposição tradutória*” (AQUINO; DO VAL, 2018, p. 45). Ao citar a obra de Foucault (2008) “o arquivo é e o arquivo faz”, “é a lei do que pode ser dito”, os autores colocam que o arquivo pode ser entendido como uma construção social relacionada à manutenção do poder daquilo que é e será lembrado. O arquivo é, portanto, o marco produtivo de veracidade, não apenas distinguindo o verdadeiro do falso, mas também determinando o que é pensável e o que é impensável.

Aquino e Do Val (Op.Cit) entendem o arquivo como um sistema textual, onde se verifica a prática de discursos. Nesse sentido, os autores lançam mão de apontamentos metodológicos no manejo arquivístico, destacando a inquietação com problemática a ser investigada e o reordenamento transversal das fontes como processo de análise:

A análise dos discursos que compõem o arquivo implica três princípios: o tratamento do discurso como um trabalho de descrição de uma disposição própria; a busca não das leis de construção do discurso, mas de suas condições de existência, ou seja, não do espírito que lá habitaria, mas do campo prático no qual ele se desdobra; por fim, a análise propriamente do arquivo, de modo que se possa operar uma história das práticas discursivas a partir das relações específicas articuladas a outras práticas (Aquino; do Val, 2018:48).

Hal Foster (2004), por sua vez, chama a atenção para a prática artística incomum de pesquisa em torno de figuras, objetos, e eventos na arte moderna, na história e na filosofia. Tal prática seria caracterizada pelo impulso arquivístico. Para Foster (op. Cit), os arquivistas são artistas que buscam tornar informação histórica, frequentemente perdida ou deslocada, presente fisicamente. Essas tentativas tomam a forma de narrativas visuais que são apresentadas em projeções-imagens. As fontes utilizadas para o processo criativo-arquivístico são familiares, retiradas de arquivos da cultura de massa, para garantir a legibilidade daquilo que pode então ser perturbado ou deturpado,

mas essas fontes também podem ser obscuras, reprogramadas em um gesto de conhecimento alternativo ou de contra-memória. A arte arquivista é, segundo o autor, tanto pré-produção quanto pós-produção, pois está menos preocupada com o absoluto do que com os traços obscuros das fontes. Em uma alusão ao anarquismo enquanto sistema que visa combater o poder e a ordem, Foster sugere que o termo mais apropriado para caracterizar esta prática artística talvez fosse impulso *anarquívstico*.

Tais procedimentos metodológicos permitem vislumbrar o arquivo enquanto potência de uma recomposição infinita: por um lado, ele é a massa discursiva em uma cultura, a qual é conservada, repetida e transformada; por outro, o arquivo também é a apropriação possível de tal matéria no presente histórico. Um mesmo arquivo possibilita, portanto, várias configurações, a depender dos problemas e das grades de leitura do pesquisador que o toma (Aquino; do Val, 2018). Ao se estabelecerem diálogos entre fontes múltiplas e heterogêneas, evidenciam-se as descontinuidades e regularidades de narrativas naturalizadas.

O uso do arquivo enquanto metodologia implica flagrar a arbitrariedade das certezas em voga. Para Farge (2009), o arquivo é o território fundamental das narrativas históricas: ele abre uma brecha temporal que é o passo primordial para a desconstrução de saberes hegemônicos, pois tal imersão desarma as certezas garantidas pelos discursos em circulação.

Considerações Finais

Os percursos da produção e circulação do pensamento feminista latino-americano da década de 1970 e as ressonâncias produzidas nas discursividades da crítica feminista contemporânea são os fatores que têm guiado nosso *impulso anarquívstico*. Consideramos a atuação das exiladas políticas (e suas estratégias políticas de resistência) como fator chave na repercussão da crítica da época no feminismo contemporâneo do Sul Global, hoje marcado por pautas emancipatórias decoloniais que denunciam a subalternidade, e visibilizam novos sujeitos políticos globais.

Ao propormos uma metodologia do arquivo, apontamos para a relevância de tal abordagem para a democratização dos estudos feministas e para o aprofundamento de estudos sobre as lutas emancipatórias, através de perspectivas que tragam o Sul Global para o centro das nossas reflexões.

Tendo como referência inicial os números da Revista *Nosotras*, publicação organizada entre os anos de 1974 e 1976 por exiladas políticas, o objetivo geral desta pesquisa consiste na criação de um arquivo textual-imagético do feminismo latino-americano, combinado a uma metodologia do arquivo. Pretendemos, assim, dar continuidade ao trabalho empreendido de explorar os marcos teóricos e conceituais de arquivo para construção de uma estratégia metodológica de políticas do arquivo e da memória feminista.

Nas etapas que se seguem, realizaremos a catalogação dos eixos temáticos da Revista *Nosotras* e, em seguida, o cruzamento com produções teóricas contemporâneas que problematizem o feminismo e o Sul Global. Este procedimento visa mapear os percursos do pensamento crítico feminista ao longo do tempo apontando para sua relevância nas teorias críticas contemporâneas.

Como primeira etapa da criação do arquivo, se realizará a catalogação dos dezessete números da *Revista Nosotras* a partir da sua organização estrutural e também pelos seus distintos eixos temáticos. Ou seja, pretende-se aqui documentar a organização textual da revista e suas seções (apresentação das editoras; espaço para tradução de textos já publicados em francês; conteúdo produzido pelas integrantes do grupo *Nosotras* e/ou colaboradoras; ilustrações e arte gráfica; e espaço das leitoras), bem como seus diferentes eixos temáticos (exílio, corpo, maternidade, aborto, justiça, violência, patriarcado, etc).

Na segunda etapa, seleciona-se e se produz um repertório de produções artísticas de mulheres latino-americanas da década de 1970 (performáticas, filmicas, fotográficas, plásticas, etc.) que abordem temas comuns aos presentes na Revista *Nosotras*.

Na última etapa prevista, através de realizações de cruzamentos entre o conteúdo da Revista *Nosotras* e o repertório de produções artísticas será criado o arquivo do feminismo latino americano. Em um movimento experimental de realização de cruzamentos textuais e imagéticos, esse procedimento visa criar novas imagens-texto para as categorias do pensamento crítico feminista. Sendo assim, essa etapa última sugere uma ponte entre arquivos da memória feminista e suas ressonâncias nas pautas emancipatórias contemporâneas.

A produção de um arquivo do pensamento feminista latino-americano requer a superação de desafios científicos e epistemológicos em todas as etapas de sua realização. Em termos epistemológicos, é relevante destacar a orientação desta pesquisa para a afirmação o protagonismo do pensamento feminista do Sul Global. Ao problematizar a subalternização do pensamento feminista no campo da teoria política e do pensamento social *mainstream* ocidental (Ciriza, 2012), buscamos superar este desafio ao priorizar abordagens centradas nas relações entre corpo, política e história para construção de um conhecimento situado na América Latina.

Como diferencial, esta pesquisa se propõe a considerar as intersecções entre produções científicas e artísticas. O estabelecimento de um diálogo entre a teoria crítica e a criação artística feministas carece de referências investigativas. O primeiro desafio científico, constitui-se, portanto, da necessidade de evidenciar como a arte também compõe o pensamento feminista. Propõe-se então uma metodologia específica para superar tal desafio, onde discursos textuais e imagéticos encontrem canais de diálogo.

Cientes dos desafios colocados, esperamos, com a continuidade desta pesquisa, contribuir com o campo de estudos feministas e dos direitos humanos, tendo em vista a importância dos arquivos e da política da memória para que possamos avançar rumo a um mundo onde seus indivíduos e grupos possam viver livre das opressões em todas as suas formas.

Referências bibliográficas

Abreu, Maira 2010 “Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris” dissertação (mestrado). Campinas, SP: [s. n.].

Aquino, J. Y Do Val, G 2018 “Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional” em *Pedagogía y Saberes*, 49.

Cardoso, Elisabeth 2004 “Nosotras: imprensa feminista no exílio e a descoberta do gênero” em VII Colóquio Brasil-França: comunicação, acontecimento e memória.

Ciriza, Alejandra Jofré 2012 “Genealogías feministas: sobre mujeres, revoluciones e Ilustración. Una mirada desde el sur” em *Rev. Estud. Fem.* (Florianópolis) 20(3): 384, setembro-dezembro.

Cyfer, Ingrid et al. 2018 “Apresentação: Teoria Crítica e Feminismo” em *Dissonância: Revista de Teoria Crítica* (São Paulo), v. 1, p. 8-13.

Derrida, J. 2005 *Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana* (Rio de Janeiro: Relume Dumará).

Foster, Hal 2004 “An Archival Impulse” em *October*. Vol. 110, Autumn.

Fraser, Nancy 2013 *Fortunes of feminism: from State-Managed Capitalism to neoliberal crisis* (New York: Verso).

- Goldberg, Anette 1989 “Feminismo no Brasil contemporâneo: percurso intelectual de um ideário político” em BIB (Rio de Janeiro), n.28, 2o semestre.
- Okin, Susan Moller 2008 “Gênero, o público e o privado” em Rev. Estud. Fem. (Florianópolis) vol.16, n.2.
- Pinto, Céli 2010 “Feminismo, História e Poder” em Sociologia e Política, v. 18, n. 36.
- Rago, Margareth 2009 “Apresentação. Desejo de memória” Labrys, janvier/décembre, online.
- _____.1998 “Epistemologia feminista, gênero e história” In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam. Orgs. Masculino, feminino, plural. (Florianópolis: Ed. Mulheres).
- Saffioti, Heleieth 2000 “O segundo sexo à luz das teorias feministas Contemporâneas” In: Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Motta, Alda Britto Da; Sardenberg, Cecilia; Gomes, Márcia (org) Coleção Bahianas (Salvador: NEIM/UFBA).
- Sarti, Cynthia 2004 “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória” em Estudos Feministas (Florianópolis), v. 12, n. 2, p. 35-50.
- Scavone, Lucila 2011 “Estudos de Gênero e feministas: um campo científico” em Seminário: Gênero, multiculturalismo e direitos humanos (Campinas, SP) IBEU/UNICAMP.
- Schuck, Elena de Oliveira; Garcia, Carolina Gallo 2017 “O Feminismo De Ana Mendieta No Campo Das Artes Visuais” em Anais Eletrônicos Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Florianópolis).
- Vargas, Mariluci 2008 “O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. Vestígios do passado. A História e suas fontes” em IX Encontro Estadual De História. Associação Nacional De História Seção Rio Grande do Sul - ANPUH-RS.